

Demonstrações Financeiras

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Private Equity Holding VII - Sigma S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Private Equity Holding VII - Sigma S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$20.462 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$5.327 mil. As operações da Companhia vêm sendo financiadas, principalmente, através de recursos obtidos de seu acionista conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



**Shape the future
with confidence**

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wallace', with a stylized flourish at the end.

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC SP-230870/O

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.739	156
Adiantamentos diversos		58	51
Tributos a recuperar	5	202	163
Outros créditos e direitos		-	24
Total do ativo circulante		2.999	394
Ativo não circulante			
Imobilizado	6	135	192
Total do ativo não circulante		135	192
Total do ativo		3.134	586
Passivo circulante			
Fornecedores		939	104
Impostos e contribuições a recolher		65	40
Salários, provisões e encargos sobre folha	7	5.350	8.656
Provisões diversas	8	1.972	289
Total do passivo circulante		8.326	9.089
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	9		
Capital social		675.000	675.000
(-) Capital a integralizar		(608.346)	(632.119)
Prejuízos acumulados		(71.846)	(51.384)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(5.192)	(8.503)
Total do passivo e do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		3.134	586

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração de resultado
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	10	(20.556)	(29.332)
Despesas tributárias		(146)	(88)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(20.702)	(29.420)
Resultado financeiro, líquido	11	240	626
Prejuízo antes dos impostos		(20.462)	(28.794)
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-
Prejuízo do exercício		(20.462)	(28.794)
Resultado por ação	9	(0,03)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração de resultado abrangente
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(20.462)	(28.794)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(20.462)</u>	<u>(28.794)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	(-) Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		675.000	(638.423)	(22.590)	13.987
Integralização de capital	9	-	6.304	-	6.304
Prejuízo do exercício		-	-	(28.794)	(28.794)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		675.000	(632.119)	(51.384)	(8.503)
Integralização de capital	9	-	23.773	-	23.773
Prejuízo do exercício		-	-	(20.462)	(20.462)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		675.000	(608.346)	(71.846)	(5.192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII - Sigma S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício		(20.462)	(28.794)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa			
Depreciação		32	48
Provisão de bônus		(3.028)	7.898
Provisões diversas		1.683	289
Ganho de capital sobre venda de imobilizado		9	-
Resultado do exercício ajustado		(21.766)	(20.559)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais			
Adiantamentos diversos		(7)	(44)
Tributos a recuperar		(39)	(159)
Outros Créditos		24	(24)
Aumento/(Redução) nos Passivos Operacionais			
Fornecedores		835	(3.254)
Impostos e contribuições a recolher		25	(181)
Salários e provisões e encargos sobre folha		(278)	(4.247)
Caixa líquido aplicado nas operações		(21.206)	(28.468)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de Imobilizado		(17)	(28)
Alienação de imobilizado		34	-
Caixa oriundo das (aplicado na)s atividades de investimento		17	(28)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		23.773	6.304
Caixa oriundo das atividades de financiamento		23.773	6.304
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		2.583	(22.192)
No início do exercício		156	22.348
No fim do exercício		2.739	156
Aumento (redução) caixa e equivalentes de Caixa		2.583	(22.192)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Private Equity Holding VII – Sigma S.A. (“Sigma” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022 com a razão social RHMI 216 Participações Ltda., em 13 de maio de 2022 foi transformada em uma sociedade por ações de capital fechado e em 31 de maio de 2022 teve a sua alteração de denominação social. A Companhia está localizada na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215, conj. 101 parte 15, Brooklin Paulista – São Paulo/SP. A Sigma tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorreu no prejuízo de R\$20.462 e apresenta capital circulante líquido negativo de R\$5.327, sendo estas posições relacionadas a totalidade de investimentos iniciais realizados pelos fundos quotistas como parte do plano de desenvolvimento das operações.

Para o ano de 2025, a Companhia realizou uma revisão do seu plano de negócios, especificamente no que diz respeito ao tamanho das targets do mercado, visando adequar novos negócios a realidade do mercado atual.

Nesse contexto, a Companhia continuará a receber aporte de recursos de seu acionista de forma a garantir o cumprimento das suas obrigações e manutenção de sua operação até que atinja o nível de geração de caixa que suporte o pagamento de suas obrigações.

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todo o exercício apresentado, salvo quando mencionado em contrário.

2.1. Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 11 de março de 2025.

b. Base de mensuração e continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e no pressuposto de continuidade normal dos negócios.

c. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira

A moeda funcional da Sigma é o Reais (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras que estão apresentadas em milhares de Real (R\$).

d. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O desconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se, e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação—Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

O principal ativo financeiro refere-se a:

e. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos não superiores há 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

Aplicações financeiras com vencimentos superiores a 90 dias e com risco significativo de mudança de valor de mercado são tratadas em linha exclusiva na rubrica Aplicações Financeiras no Balanço Patrimonial e seus reflexos na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia são: fornecedores e fornecedores – partes relacionadas.

f. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulante se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação—Continuação

f. Fornecedores--Continuação

As compras a prazo não são ajustadas pelo valor presente em função do curto prazo para vencimento das obrigações, cujo compromisso é liquidado no prazo máximo de até 30 dias da emissão da nota fiscal/fatura.

A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

g. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil residual registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

h. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) do exercício corrente e diferido das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação—Continuação

h. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Para o período de 2024 e 2023, a Sigma optou pelo regime de tributação Lucro Real estimativa mensal e não apresentou lucro tributável para auferir os impostos em 2024.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, quando aplicáveis, bem como as diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de

negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

i. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação—Continuação

Estimativas e premissas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e taxas bancárias, juros passivos sobre eventuais inadimplências e variações monetárias e cambiais líquidas, quando aplicável.

k. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação—Continuação

I. Classificação circulante e não circulante --Continuação

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulante.

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Alterações ao IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

Alterações ao IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

3. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras automáticas	169	156
Aplicações financeiras (i)	2.570	-
Total	<u>2.739</u>	<u>156</u>

(i) Aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e compromissadas com instituições financeiras de primeira linha, com taxas de remuneração de acordo que visam garantir até 75% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

5. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF a recuperar	36	159
Base negativa IRPJ	163	4
PIS a recuperar	1	-
COFINS a recuperar	2	-
Total	<u>202</u>	<u>163</u>

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

6. Imobilizado

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Computadores e Periféricos	217	242
(-) Depreciação acumulada	<u>(82)</u>	<u>(50)</u>
Total	<u>135</u>	<u>192</u>

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2022	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2023
Computadores e Periféricos	5	212	30	-	(50)	192
Total		212	30	-	(50)	192

	Taxa de vida útil (anos)	31/12/2023	Aquisição	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Computadores e Periféricos	5	192	17	(42)	(32)	135
Total		192	17	(42)	(32)	135

7. Salários, provisões e encargos sobre folha

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
IRRF sobre folha de pagamento	119	198
FGTS a recolher	14	27
Contribuições previdenciárias a recolher	129	161
Provisão de férias	185	272
Provisão de FGTS s/ férias	15	22
Provisão de INSS s/ férias	53	78
Provisão de bônus	4.870	7.898
Total	<u>5.385</u>	<u>8.656</u>

8. Provisões diversas

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Consultorias - Diligência	1.034	109
Honorários advocatícios - Diligência	938	-
Honorários auditoria - Diligência	-	45
Reembolso de despesas	-	135
Total	<u>1.972</u>	<u>289</u>

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia foi constituído em 04 de maio de 2022 com a importância de R\$100,00 (cem reais). Em 13 de maio de 2022, a Companhia foi transformada em sociedade por ações de capital fechado, mantendo o valor do capital social equivalente a 100 (cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 30 de junho de 2022, foi aprovado um aumento de capital no valor de R\$675.000, representado por 675.000.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Como resultado, o saldo do capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da Companhia é de R\$675.000, representado por 675.000.100 (seiscentos e setenta e cinco milhões e cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado.

Ao longo de 2024 foram realizadas integralizações na conta de capital social a integralizar no montante de R\$23.733 (R\$6.304 em 2023), totalizando o capital social integralizado em R\$66.654, com as mesmas condições de ações anteriormente citadas.

b. Resultado por ações

Apresentamos a seguir o prejuízo por ação básico e diluído conforme parâmetros definidos no Pronunciamento CPC 41 - Lucro por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Total de ações no exercício	675.000.100	675.000.000
Prejuízo do exercício	<u>(20.468)</u>	<u>(28.794)</u>
Total	<u>(0,03)</u>	<u>(0,04)</u>

A Companhia não possui outros instrumentos de patrimônio líquido ou de dívida que se enquadre como efeitos dilutivos, sendo que o valor básico e diluído por ação é o mesmo.

c. Capital social a integralizar

O saldo de R\$608.346 (R\$632.119 em 2023) deverá ser totalmente integralizado pela acionista subscritora num prazo de 36 (trinta e seis) meses a contar da alteração contratual de 30 de junho de 2022.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

10. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com salários	(6.008)	(7.079)
Encargos sociais	(3.226)	(3.824)
Benefícios	(649)	(781)
Depreciação	(43)	(48)
Despesas com serviços contábeis	(123)	(83)
Despesas com serviços com advogados	(1.908)	(1.627)
Despesas com serviços com consultorias	(5.814)	(6.706)
Despesas com viagens e ocupações	(708)	(786)
Outras despesas administrativas	(425)	(500)
Provisão de bônus	(1.687)	(7.898)
Total	(20.591)	(29.332)

11. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
<i>Receitas financeiras</i>		
Rendimentos de aplicações financeiras	234	650
Descontos obtidos	-	2
Ganho na alienação na venda de imobilizado	9	-
	243	652
<i>Despesas financeiras</i>		
Juros	(3)	(13)
Tarifa bancária	-	(13)
	(3)	(26)
Total	240	626

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social

Corrente	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(20.462)	(28.794)
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	34%	34%
Receita de IRPJ e CSLL calculados com base nas alíquotas nominais	6.957	9.790
Efeito de IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:		
Despesas indedutíveis	(13)	-
	6.944	9.790
(-) Tributos diferidos ativos sobre prejuízo – não reconhecidos	(6.944)	(9.790)
Total resultado de imposto de renda e contribuição social	-	-
Diferido	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ ativo diferido	17.907	12.800
CSLL ativo diferido	6.446	4.609
Total ativo fiscal diferido	24.353	17.409

A Companhia não registrou ativo fiscal diferido em função de não possuir histórico e perspectiva de lucratividade, por se tratar de uma holding, cujo resultado será formado substancialmente pelo resultado de equivalência patrimonial.

13. Instrumento financeiro

a) Gerenciamento dos riscos financeiros

Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

i. Estrutura de gerenciamento de riscos

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13. Instrumento financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

i. Estrutura de gerenciamento de riscos--Continuação

As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii. Risco de mercado

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras.

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), a companhia ficou exposta ao risco de taxa de juros, entretanto não houve impactos significativos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.739	156
Total	<u>2.739</u>	<u>156</u>

iii. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia quando necessário conta com aporte financeiro do seu acionista para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13. Instrumento Financeiro--Continuação

a) Gerenciamento dos riscos financeiros—Continuação

iii. Risco de liquidez--Continuação

A tabela a seguir analisa as obrigações da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	939	-	-	-	939	939
	939	-	-	-	939	939

Em 31 de dezembro de 2023	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores	104	-	-	-	104	104
	104	-	-	-	104	104

b) Estimativa de valor justo

Conforme o CPC 40 (R1), “Instrumentos Financeiros: Evidenciação”, o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração.

A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados.

c) Gerenciamento de capital

Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal.

A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros de empréstimos ou financiamentos que denote risco no seu gerenciamento do capital e de caixa.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

13. Instrumento Financeiro--Continuação

c) Gerenciamento de capital—Continuação

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2023 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2023		2024	
			Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Valor justo	156	156	2.739	2.739
Total			156	156	2.739	2.739
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	Custo amortizado	104	104	939	939
Total			104	104	939	939

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 para esses ativos e passivos.

O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e, portanto, a Companhia entende que seu valor justo corresponde ao seu valor contábil.
- A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Hierarquia de valor justo

O método de avaliação adotado pela Companhia na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros foi o nível 2.

Private Equity Holding VII – Sigma S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024
(Em milhares de reais)

14. Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas em condições de preço, taxa de juros, qualidade, prazos e condições definidas entre as partes. Os saldos e transações com Partes Relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Saldo de contas a pagar	Despesa	Saldo de contas a pagar	Despesa
	2024	2024	2023	2023
Partes relacionadas (circulante):				
Gestão e Transformação Consultoria S.A.	-	(2.198)	-	(3.008)
Total	-	(2.198)	-	(3.008)

15. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$3.659 (R\$7.183 em 2023)

16. Contingências

Até a emissão das demonstrações financeiras, a Companhia não estava envolvida em demandas judiciais como ré ou autora com probabilidade de perda provável que exija registro contábil de provisão para contingência, que possam impactar as estas demonstrações financeiras, sejam estes processos de natureza trabalhista, tributária ou cível, bem como não há processos com probabilidade de perda possível a serem divulgados.

* * *